



# FEPEG

FÓRUM DE ENSINO,  
PESQUISA, EXTENSÃO  
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REALIZAÇÃO



APOIO



## AMÁLGAMA ODONTOLÓGICO: RISCOS E REGULAÇÃO

Autor(es): Jéssica Miroque Tomé Veloso, Simone de Melo Costa

**Introdução:** O amálgama dental é um material restaurador utilizado pelos profissionais da Odontologia por cerca de 200 anos. Trata-se de uma liga metálica, composta pela combinação de elementos como prata, estanho, mercúrio e outros metais. **Objetivo:** Revisar a literatura acerca do potencial risco do mercúrio à saúde humana e os impactos ambientais, com ênfase no amálgama odontológico e sua regulação. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa bibliográfica realizada no contexto do ensino da disciplina Aspectos Sócio-profissionais em Odontologia, caracterizado como Trabalho de Conclusão de Período-TCP. Efetuou-se a revisão de literatura integrativa a partir de periódicos dos bancos de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), publicados entre os anos de 2007 a 2014, acerca da temática: potenciais riscos do mercúrio à saúde humana e meio ambiente, com ênfase no uso do amálgama dentário. **Resultados:** A maior parte da exposição humana ao mercúrio é de origem ocupacional. O mercúrio quando absorvido de forma continuada, mesmo em baixas concentrações, representa um grave risco para o homem e para os seres vivos em geral, pois possui efeito cumulativo, tornando-se, assim, causa de perturbação crônica e progressiva das funções metabólicas e celulares dos indivíduos que a ele estão expostos. Alguns países já aboliram o amálgama: Suécia, Dinamarca e Noruega. Países como Alemanha, Finlândia, Áustria, China e Canadá vem apresentando medidas restritivas para a liberação do mercúrio na Odontologia. No Brasil há projetos de leis que proíbem o uso de amálgama em restaurações dentárias, tais como o do estado do Rio de Janeiro de 2013 e para o âmbito nacional de 2014. A proibição de amálgama teria um impacto de curto e longo prazo, substancial, no aumento das despesas de tratamento odontológico, diminuindo a utilização dos serviços nesse setor, o que poderia aumentar a doença cárie não tratada. Existem materiais alternativos ao amálgama, como as resinas, contudo com propriedades mecânicas e físicas inferiores. Com base nas evidências disponíveis, as legislaturas estaduais deveriam considerar os possíveis desfechos prejudiciais ao contemplar restrições no uso de restaurações de amálgama. **Conclusão:** Apesar do risco ocupacional e ambiental relacionado ao mercúrio, deve-se considerar que a suspensão completa das restaurações de amálgama poderá acarretar prejuízos à saúde bucal da população.